

Regulamento do Cemitério da Freguesia de Vilarandelo



#### **PREÂMBULO**

A entidade responsável pela **administração** do Cemitério, pertença da Freguesia, é a **Junta de Freguesia** (art. 2º, al. m) do DL 411/98 de 30 de Dezembro).

Deve esta matéria ser objecto de **Regulamento**, cuja **aprovação** compete à **Assembleia de Freguesia**, sob proposta da Junta (art. 9º nº 1, al. f) e 16º nº 1, alíneas h) e hh) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que contém o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)).

O Direito Mortuário encontra-se regulado de forma reduzida e algo dispersa. Assim, o **DL 411/98 de 30 de Dezembro** (alterado pelos seguintes diplomas: Decreto-Lei nº 5/2000 de 29 de Janeiro, Decreto-Lei nº 138/2000 de 13 de Julho, Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho; Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro, e Lei n.º 14/2016, de 9 de Junho) consignou importantes alterações ao direito mortuário vigente.

Regia, até então, o **Decreto 48770 de 18 de Dezembro do 1968**, que ainda se encontra em vigor, em tudo o que não contrarie o diploma citado no parágrafo anterior.

A respeito da construção e polícia de Cemitérios regem as normas, ainda vigentes, do **Decreto 44220 de 3** de **Março de 1962**, que, sobre a matéria, podemos consultar.

Outros **preceitos dispersos são aplicáveis**, contidos em diplomas que não regulam especialmente a matéria, mas que lhe fazem referência (como o atrás referido Regime Jurídico das Autarquias Locais, entre outras).

Questão que se presta a alguns equívocos, designadamente entre os particulares, é a dos **terrenos para sepulturas e jazigos**. Sujeitos ao **regime de concessão** (art. 16º, nº 1 al. gg) do RJAL) e não ao direito de propriedade pelos particulares, os terrenos do Cemitério continuam no domínio da Freguesia que os concede para as respectivas finalidades.

Desta forma, não é possível que esses terrenos sejam objecto de contrato de compra e venda; não lhes é atribuído artigo matricial, não se inscrevem nas Finanças nem se registam nas Conservatórias do Registo Predial.

Considerando a normal actividade e finalidade do Cemitério Paroquial, à luz do respectivo enquadramento jurídico, é elaborado o presente **Regulamento**:



#### Capítulo I

#### Organização e Funcionamento dos Serviços

### Artigo 1º

#### Âmbito

- a) O Cemitério da Freguesia de Vilarandelo destina-se à inumação de cadáveres de indivíduos falecidos na aérea desta Freguesia.
- b) Podem ainda ser aqui inumados:
  - a) Os cadáveres de indivíduos falecidos noutras Freguesias do Concelho quando, por motivo de insuficiência de espaço, não seja possível inumá-los nos respectivos Cemitérios de Freguesia ou estes sejam inexistentes;
  - b) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área da Freguesia que se destinem a jazigos ou sepulturas perpétuas;
  - c) Os cadáveres de indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante autorização do Presidente da Junta de Freguesia, concedida em face de circunstâncias que se reputem ponderosas.

#### Artigo 2º

#### Horário de Funcionamento

O Cemitério funciona todos os dias das 08:00 às 19:00 horas no Horário de Verão e das 08:00 ás 17:00 horas no horário de Inverno..

#### Artigo 3°

#### Recepção e Inumação de Cadáveres

- a) Considera-se inumação a colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia.
- b) A recepção e inumação de cadáveres está a cargo do coveiro de serviço ou, existindo mais do que um, sob a direcção daquele que for determinado segundo ordens de serviço.
- c) Compete ainda ao(s) coveiro(s):
  - A limpeza e conservação dos espaços públicos do Cemitério e equipamentos da Autarquia;
  - b) Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Regulamento e leis gerais, bem como as deliberações da Junta de Freguesia e ordens dos seus superiores hierárquicos.



#### Artigo 4º

#### **Procedimento**

- a) A pessoa ou entidade encarregada do funeral deve exibir o assento<sup>1</sup> ou boletim de óbito<sup>2</sup>, que será arquivado na Secretaria da Junta.
- b) A inumação deve ser requerida à Junta de Freguesia em modelo próprio que consta da lei<sup>3</sup> e do Anexo I deste Regulamento, dele fazendo parte integrante.
- c) São devidas taxas pelas inumações e outras prestações de serviços relativos ao Cemitério, bem como pela concessão de terrenos para jazigos, sepulturas e local de consumpção aeróbia, as quais constarão de Tabela aprovada, constante de regulamento de taxas e licenças da Freguesia.

#### Artigo 5°

#### Serviços de Registo e Expediente

- 1. Os serviços de registo e expediente geral funcionam na Secretaria da Junta, que dispõe de livros de registo de inumações, exumações, transladações e quaisquer outros actos considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.
- 2. Quando a Secretaria se encontre encerrada, designadamente aos sábados domingos e feriados, compete ao coveiro receber o documento, requerimento e cobrar a taxa referida no artigo anterior, emitindo recibo provisório.
- 3. No dia útil imediato, o coveiro fará a entrega, na Secretaria da Junta de Freguesia, dos documentos e verbas, emitindo-se o recibo definitivo a favor da entidade pagadora.
- Proceder-se-á ao registo dos actos no respectivo livro.

# Capítulo II Das Inumações

#### Artigo 6º

#### Inumação no Cemitério

- a) A inumação não pode ter lugar fora do Cemitério público, devendo ser efectuada em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia.
- b) Podem, excepcionalmente, ser permitidas inumações fora do local designado no número anterior, nos termos legalmente consagrados<sup>4</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Assento (ou auto de declaração) de óbito - realizado na Conservatória do Registo Civil

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Boletim de óbito – realizado pela autoridade de polícia com jurisdição na Freguesia onde ocorreu o óbito, fora do período de funcionamento das Conservatórias do Registo Civil, sendo a esta remetido posteriormente (art. 9°, n° 2 do DL 411/98 de 30 de Dezembro, na redacção do DL 5/2000 de 29 de Janeiro)

<sup>3</sup> Art. 4º, nº 1 do DL 411/98 de 30 de Dezembro na redacção do DL 5/2000 de 29 de Janeiro

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Art. 11º do DL 411/98 de 30 de Dezembro



#### Artigo 7°

#### Locais de Inumação

- 1. As inumações serão efectuadas em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia.
- 2. Os jazigos podem ser de três espécies:
  - Subterrâneos aproveitando apenas o subsolo;
  - De capela constituídos somente por edificações acima do solo;
  - 3. Mistos Dos dois tipos anteriores, conjuntamente.
- 3. As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:
  - a) Consideram-se temporárias as sepulturas para inumação por três anos<sup>5</sup>/período legal, findos os quais poderá proceder-se à exumação;
  - b) Definem-se como perpétuas aquelas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida pela Junta de Freguesia, a requerimento dos interessados.
- **4.** É proibido, nas sepulturas temporárias, o enterramento em caixões de zinco e de madeiras muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicados tintas ou vernizes que demorem a sua destruição.
- 5. Nos jazigos só é permitido inumar cadáveres encerrados em caixões de zinco a cuja folha, empregue no seu fabrico, tenha a espessura mínima de 0,4 mm<sup>6</sup>.

#### Artigo 8°

#### Prazo para a Inumação

- 1. Nenhum cadáver pode ser inumado em sepultura ou encerrado em caixão de zinco, antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito e sem que, previamente, se tenha lavrado o respectivo assento ou boletim de óbito, referidos no artigo  $4^{\circ}$ .
- **2.** Excepcionalmente, a inumação ou encerramento poderão ocorrer antes de decorrido o prazo referido no número anterior, quando ordenada pela autoridade de saúde nos termos da lei<sup>7</sup>.

#### Artigo 9°

#### **Procedimento**

- **1.** Recebidos os documentos e pagas as taxas (referidas no artigo 4º), é emitida guia pelos serviços de Secretaria da Junta de Freguesia (em modelo por esta aprovado), que deverá ser exibida ao encarregado do Cemitério, procedendo-se então à inumação.
- 2. Os elementos constantes da guia referida no número anterior serão registados no livro de inumações, mencionando o seu número de ordem, bem como a data de entrada do cadáver no Cemitério e o local da inumação.

 $<sup>^{5}</sup>$  Art.  $21^{\circ}$ ,  $n^{\circ}$  1 do DL 411/98 de 30 de Dezembro

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Por vezes, a folha de zinco tem sido substituída por folha de ali inox, apesar de tal substituição não estar consignada em lei. Não se lhe negando as vantagens, a sua utilização ainda constitui uma ilegalidade

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Nos termos do art. 8º do DL 411/98 de 30 de Dezembro



3. Quando os serviços da Secretaria se encontrem encerrados, o coveiro receberá o documento, requerimento e taxa devidos (nos termos do art. 4º), realizará a inumação, procedendo-se, posteriormente, ao registo referido no número anterior.

#### Artigo 10°

#### **Taxas**

Pelo serviço de inumação é devida a respectiva taxa, constante da Tabela em vigor, a que se refere o artigo 4º, nº3, emitindo-se o competente recibo em conformidade com o disposto no art. 5º.

## Capítulo III Das Exumações

#### Artigo 11º

#### **Noção**

- **1.** Entende-se por exumação, a abertura de sepultura ou caixão de metal onde se encontra inumado o cadáver.
- 2. Após a inumação é proibido abrir qualquer sepultura antes de decorridos três anos<sup>8</sup>, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária.

#### Artigo 12°

#### **Procedimento**

- 1. Passados três anos sobre a data da inumação, poderá proceder-se à exumação.
- **2.** Logo que seja decidida uma exumação relativa a sepultura temporária, a Junta fará notificar<sup>9</sup> os interessados, convidando-os a acordarem com os serviços do Cemitério, no prazo estabelecido, quanto à data em que aquela terá lugar e sobre o destino a dar às ossadas.
- 3. Decorrido esse prazo, sem que os interessados promovam qualquer diligência, será feita a exumação, considerando-se abandonadas as ossadas existentes, que serão removidas para ossários ou enterradas no próprio coval a maior profundidade.

#### Artigo 13°

#### Nova Exumação

Se, no momento da exumação, não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-se inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização do esqueleto.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Período legal de inumação – art. 21º, nº 1 do DL 411/98 de 30 de Dezembro

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Artigo 112<sup>9</sup> do CPA2015 - Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro



### Capítulo IV Das Trasladações

#### Artigo 14°

#### Noção 10

- 1. Entende-se por trasladação o transporte de cadáver inumado em jazigo ou de ossadas para local diferente daquele em que se encontram, a fim de serem, de novo, inumados, cremados ou colocados em ossário.
- 2. Antes de decorridos três anos sobre a data da inumação, só serão permitidas trasladações de restos mortais já inumados quando estes se encontrem em caixões de metal devidamente resguardados.

#### Artigo 15°

#### **Processo**

- A trasladação de cadáver é efectuada em caixão de zinco, devendo a folha empregue no seu 1. fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.
- Pode também ser efectuada a trasladação de cadáver ou ossadas que tenham sido inumados em caixão de chumbo, ao tempo em que estes eram permitidos 11.
- A trasladação de ossadas é efectuada em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de 3. madeira.

#### Artigo 16°

#### Requerimento

- A trasladação deve ser requerida pelo interessado à Junta de Freguesia, em modelo legal próprio 12, que consta do Anexo II deste Regulamento.
- A autorização será concedida mediante guia (modelo aprovado pela Junta) de condução do cadáver a trasladar, que será exibida ao coveiro, o qual realizará o respectivo trabalho.

<sup>10</sup> Consta do artigo 27º § único do Modelo de Regulamento dos cemitérios paroquiais (Decreto 48770, que estabelecia o prazo de 5 anos). Há que ter em conta que os artigos 27º a 32º do Modelo foram revogados pelo artigo 36º, nº1, alínea e) do Decreto-Lei nº 274/82, de 14 de Julho. Se é certo que este diploma foi revogado pelo artigo 32º, nº1 do Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro, a verdade é que a as normas revogadas não foram repristinadas, pelo que julgamos não se pode supor a reposição em vigor das normas revogadas pelo simples facto de ter sido revogado o diploma que as revogara. Por outro lado, julgamos que a conjugação dos artigos 21º, nº1 e 10º, nº1 do Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro não colmata esta lacuna evidente. Todavia, considerando que à data da elaboração desta Minuta de Regulamento (2006) ainda foi mantida a norma, deixamos a sua utilização à consideração do destinatário.

<sup>11</sup> Antes da entrada em vigor do DL 411/98 de 30 de Dezembro (art. 22º, nº 2)

<sup>12</sup> Art. 4º, nº 2 do DL 411/98 de 30 de Dezembro na redação do DL 109/2010, de 14 de Outubro



#### Artigo 17°

#### **Averbamento**

- a. No livro de registo respectivo far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efectuadas.
- b. Pelo serviço de trasladação é devida a respectiva taxa, constante da Tabela em vigor.

### Capítulo V

#### Inumação em local de consumpção aeróbia

#### Artigo 18°

#### Consumpção aeróbia

A inumação em local de consumpção aeróbia de cadáveres obedece às regras definidas por portaria conjunta dos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Saúde e do Ambiente.

#### Capítulo VI

#### Da concessão de terrenos

#### Artigo 19°

#### Requerimento

A requerimento dos interessados, poderá a Junta de Freguesia fazer concessão de terrenos no Cemitério, para sepulturas, jazigos (também já erigidos) ou locais de consumpção aeróbia, bem como ossários.

#### Artigo 20°

#### Escolha e demarcação

- a. Deliberada a concessão, a Junta notificará os interessados para comparecerem no Cemitério, a fim de se proceder à escolha e demarcação do terreno, sob pena, na falta de comparência, de caducidade da deliberação tomada.
- b. O prazo para pagamento da taxa de concessão, de acordo com a Tabela em vigor, é de 30 dias a partir da atribuição referida no número anterior.
- c. A título excepcional, será permitida a inumação antes de requerida a concessão, desde que os interessados depositem antecipadamente, na Secretaria da Junta, a importância correspondente à taxa de concessão, devendo, nesse caso, apresentar-se o requerimento dentro dos trinta dias seguintes à referida inumação.



d. O não cumprimento dos prazos fixados neste artigo implica a perda das importâncias pagas ou depositadas, bem como a caducidade dos actos a que alude o nº 1, ficando a inumação, antecipadamente perpétua, sujeita ao regime das sepulturas temporárias.

#### Artigo 21°

#### Alvará

- 1. A concessão de terrenos para sepulturas perpétuas, jazigos , locais de Consumpção aeróbias e ossários será titulada por alvará do Presidente da Junta, a emitir dentro dos 30 dias seguintes ao cumprimento das formalidades descritas no artigo anterior.
- 2. Do alvará constarão os elementos de identificação do concessionário e a sua morada, referências do jazigo, sepultura, local de consumpção aeróbia ou ossada respectivos, nele devendo mencionar-se, por averbamento, todas as entradas e saídas de restos mortais, bem como as alterações de concessionário quando ocorra.
- 3. A cada concessão corresponde um título ou alvará.
- **4.** Extraviado ou inutilizado o título ou alvará, poderá a Junta passar uma 2ª via, desde que requerida pelo concessionário.
- **5.** A haver mais de um concessionário, deverá o requerimento ser assinado por todos e, no caso de algum ou alguns serem já falecidos, tal deverá ser comprovado.
- **6.** Excecionalmente, na impossibilidade de um ou mais concessionários não poderem assinar o requerimento, deverão os mesmos, enviar um documento assinado (conforme documento de identificação) pelo próprio para a junta de freguesia, alegando quem o representará na assinatura do referido requerimento.

#### Artigo 22°

#### Autorização dos Actos

- a) As inumações, exumações e transladações a efectuar em jazigos, sepulturas perpétuas ou locais de consumpção aeróbia dependem de autorização do concessionário ou de quem o represente.
- b) Sendo vários os concessionários, a autorização poderá ser dada por aquele que estiver na posse do título ou alvará, tratando-se de familiares até ao quarto grau, bastando autorização de qualquer deles quando se trate de inumação de cônjuge, ascendente ou descendente de concessionário. Sendo um não familiar, a autorização deverá ser dada por todos os concessionários.
- c) Os restos mortais do concessionário serão inumados, independentemente de autorização.
- d) Sempre que o concessionário não declare, por escrito, que a inumação tem carácter temporário, terse-á a mesma como perpétua.



#### Artigo 23°

#### Trasladação pelo Concessionário

- a) O concessionário de jazigo particular pode promover a transladação dos restos mortais aí depositados a título temporário, após publicação de avisos, em que aqueles sejam devidamente identificados, bem como o dia e a hora a que terá lugar a referida trasladação.
- b) Será dado conhecimento da promoção da trasladação aos serviços de Secretaria da Junta de Freguesia.
- c) A trasladação só poderá efectuar-se para outro jazigo ou ossário do mesmo cemitério.
- d) Os restos mortais, depositados a título perpétuo, não podem ser trasladados por simples vontade do concessionário.

#### Artigo 24°

#### Trasladação de Jazigo

O concessionário de jazigo que, a pedido do interessado legítimo, não faculte a respectiva abertura para efeitos de trasladação de restos mortais no mesmo inumados, será notificado a fazê-lo em dia e hora certos, sob pena dos serviços promoverem a abertura do jazigo.

Neste último caso, será lavrado auto da ocorrência, assinado por quem presida ao acto e por duas testemunhas.

O concessionário não pode receber quaisquer importâncias pelo depósito de corpos ou ossadas no seu jazigo.

## Capítulo VII Das construções funerárias

#### Secção I - Das obras

### Artigo 25°

## <u>Licença</u>

O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos ou para revestimento de sepulturas perpétuas deverá ser formulado pelo concessionário em requerimento instruído com o projecto da obra, elaborado por técnico responsável.

É dispensada a intervenção de técnico para pequenas alterações que não afectem a estrutura da obra inicial.



#### Artigo 26°

#### **Projecto**

Do projecto referido no artigo anterior devem constar os seguintes elementos:

- 1. Desenhos devidamente cotados, à escala mínima de 1:20;
- **2.** Memória descritiva da obra, em que se especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, aparelhos, cor e demais elementos.

Na elaboração e apreciação dos projectos deverá atender-se à sobriedade própria das construções funerárias, exigida pelo fim a que se destinam.

Os projectos serão enviados à Junta de Freguesia de Vilarandelo para que, sobre os mesmos, se pronunciem.

#### Artigo 27°

#### **Sepulturas**

As sepulturas terão, em planta, a forma rectangular, obedecendo às seguintes dimensões mínimas:

Para adultos

Comprimento - 2 m

Largura - 0,65 m

Profundidade - 1,15 m

Para crianças

Comprimento - 1 m

Largura - 0,55 m

Profundidade - 1 m

As sepulturas, devidamente numeradas, agrupam-se em talhões, havendo secções para inumação de crianças, separadas dos locais que se destinam aos adultos.

Procurar-se-á o melhor aproveitamento do terreno, não podendo porém, os intervalos entre as sepulturas, e entre estas e os lados dos talhões, ser inferiores a 0,40 m, e mantendo-se para cada sepultura acesso com o mínimo de 0,60 m de largura.

#### Artigo 28°

#### Revestimento de Sepulturas

As sepulturas perpétuas deverão ser revestidas em alvenaria de bloco, tijolo ou pedra, com a espessura máxima de 0,10 m.

Para colocação sobre as sepulturas, de modelo tipo aprovado pela Junta, dispensa-se a apresentação de projecto.



#### Artigo 29° Jazigos

Os jazigos serão compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas:

Comprimento – 2 m Largura – 0,75 m Altura – 0,55 m

Nos jazigos não haverá mais de cinco células sobrepostas, acima do nível do terreno, podendo também dispor de subterrâneos.

Na parte subterrânea dos jazigos exigir-se-ão condições especiais de construção, tendentes e proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação, bem como a impedir as infiltrações de água.

Os jazigos de capela não poderão ter dimensões inferiores a 1,50 m de frente e 2,30 m de fundo.

## Artigo 30° <u>Caixões deteriorados</u>

Quando um caixão, depositado em jazigo, apresente ruptura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados, a fim de o mandarem reparar, marcando-se prazo julgado conveniente.

Em caso de urgência, ou quando não se efectue a reparação prevista no número anterior, a Junta ordená-la-á, correndo as despesas por conta dos interessados.

Quando não possa reparar-se convenientemente o caixão deteriorado, encerrar-se--á noutro caixão de zinco ou será removido para sepultura, à escolha dos interessados ou por decisão do Presidente da Junta de Freguesia, tendo esta lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.

#### Artigo 31º Ossários

Os ossários dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas interiores:

Comprimento – 0,80 m Largura – 0,50 m Altura – 0,40 m

Nos ossários não haverá mais de sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares.



## Artigo 32º Manutenção

Nos jazigos devem efectuar-se obras de conservação periódicas ou sempre que as circunstâncias o imponham.

O mesmo princípio deve aplicar-se, com as devidas adaptações, às sepulturas perpétuas.

Os concessionários serão avisados da necessidade das obras, marcando-se prazo para a execução destas, que poderá ser prorrogado pela Junta face a circunstâncias atendíveis e comprovadas.

Em caso de urgência ou quando não se respeite o prazo concedido, a Junta pode ordenar directamente as obras, a expensas dos interessados. Sendo vários os concessionários, considera-se cada um deles, solidariamente, responsável pela totalidade das despesas.

## Artigo 33° <u>Trabalhos no Cemitério</u>

A realização por particulares, ou a seu cargo, de quaisquer trabalhos no Cemitério fica sujeita a prévia autorização da Junta e à orientação e fiscalização dos respectivos serviços.

#### Secção II - Dos Sinais Funerários e do Embelezamento de Jazigos e Sepulturas

#### Artigo 34º Noção

Nas sepulturas e jazigos permite-se a colocação de cruzes e caixas para coroas ou flores, assim como a inscrição de epitáfios e outros sinais funerários de acordo com os usos e costumes.

Não serão consentidos epitáfios que exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a susceptibilidade pública ou possam considerar-se desrespeitosos e despropositados.

A avaliação destes conceitos compete à Junta de Freguesia.

É permitido embelezar as construções funerárias através de revestimento adequado, bordaduras, vasos para plantas ou por qualquer outra forma que não afecte a dignidade própria do local.

# Capítulo VIII Das Sepulturas e Jazigos Abandonados



#### Artigo 35°13

#### Concessionários Desconhecidos

Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos a favor da Freguesia, os jazigos ou sepulturas perpétuas, cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-lo dentro do prazo de sessenta dias, depois de citados por meio de editais afixados nos locais habituais, sendo um deles, obrigatoriamente, a entrada da Junta de Freguesia, no último domicílio conhecido do notificando caso seja conhecido, e no sítio eletrónico da Freguesia, caso exista, ou por meio de anúncios publicados em dois dos jornais mais lidos no Concelho, e no sítio eletrónico da Freguesia, caso exista.

O prazo referido no número anterior, conta-se a partir da última inumação ou da realização mais recente de obras de conservação ou beneficiação, sem prejuízo de quaisquer outros actos dos concessionários ou de situações susceptíveis de interromper a prescrição, nos termos da lei civil.

Simultaneamente, colocar-se-á no jazigo ou sepultura placa indicativa do abandono.

#### Artigo 36°14

#### Desinteresse dos Concessionários

Consideram-se ainda abandonados, podendo declarar-se prescritos a favor da Freguesia, os jazigos e sepulturas perpétuas cujos concessionários, após notificação judicial, mantenham desinteresse na sua conservação e manutenção de forma inequívoca e duradoura.

O artigo anterior aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, aos casos de desinteresse dos concessionários.

#### Artigo 37°

#### Declaração de Prescrição

Decorrido o prazo de sessenta dias previsto ou após a notificação judicial do previstos no artigo 35º, sem que os respectivos concessionários se apresentem a reivindicar os seus direitos, será o processo instruído com todos os elementos comprovativos dos factos constitutivos do abandono e do cumprimento das formalidades exigidas, presente à reunião da Junta de Freguesia para ser declarada a prescrição a favor da Freguesia.

Feita a declaração de prescrição, ser-lhe-á dada publicidade nos termos do art. 35º nº 1.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Esta norma tem de ser articulada com o artigo 16º, nº1, alínea II) do RJAL e 42º e seguintes do Decreto 48770, designadamente quanto à necessidade se recorrer em certos casos à notificação judicial. Tem também de conjugar-se com as normas relativas à forma da notificação presentes no artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro.

<sup>14</sup> Artigo 16º, nº1, alínea II) do RJAL



#### Artigo 38°

#### Destino dos Restos Mortais

Os restos mortais existentes em jazigo ou sepultura perpétua declarados prescritos, quando deles sejam retirados, depositar-se-ão com carácter de perpetuidade, em local reservado pela Junta para o efeito, caso não sejam reclamados no prazo de trinta dias sobre a data de declaração de abandono.

## Capítulo IX Disposições finais

## Artigo 39° Proibições no Recinto do Cemitério

No recinto do Cemitério é proibido:

Proferir palavras ou praticar actos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;

Entrar acompanhado de quaisquer animais, com excepção dos indivíduos de deficiência acompanhados de cães de assistência;

Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso às sepulturas;

Colher flores ou danificar plantas ou árvores;

Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas de uso alimentar:

Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários e quaisquer outros objectos;

Realizar manifestações de carácter político;

A permanência de crianças, salvo quando acompanhadas.

#### Artigo 40°

#### Entrada de viaturas no Cemitério

É proibida a entrada de viaturas automóveis no Cemitério, salvo com autorização da Junta de Freguesia nos seguintes casos:

Carros funerários para transporte de urnas;

Viaturas ligeiras transportando pessoas que por incapacidade física não possam deslocar-se a pé ou só o possam fazer com excessiva penosidade;

Viaturas que transportem máquinas ou materiais destinados à execução de obras ou trabalhos no Cemitério.



#### Artigo 41°

#### Incineração de Urnas

Não podem sair do Cemitério, aí devendo ser incinerados, os caixões ou urnas que tenham contido corpos ou ossadas.

#### Artigo 42°

#### Realização de Cerimónias

a. Dentro do espaço do Cemitério, carecem de autorização da Junta de Freguesia e podem ser sujeitas a pagamento de taxa:

A entrada de força armada;

Banda ou qualquer agrupamento musical;

Missas campais ou outras cerimónias similares;

Reportagens sobre a actividade cemiterial.

b. O pedido de autorização deve ser feito com, pelo menos, vinte e quatro horas de antecedência, salvo motivos ponderosos.

#### Artigo 43°

#### **Taxas**

As taxas devidas pela prestação de serviços relativos ao Cemitério ou pela concessão de terrenos para jazigos, sepulturas ou locais de consumpção aeróbia, constarão de tabela aprovada pela Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta, nos termos do artigo 4º

#### Artigo 44°

#### Sanções

A violação das disposições deste Regulamento constitui contra-ordenação sancionada com coima.

A infracção da alínea f) do artigo 40º será punida, para além de indemnização pelos danos provocados, com coima de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros).

As infracções ao presente Regulamento para as quais não se prevêem penalidades especiais, serão punidas com coima de 100,00 € (cem euros).

A competência para determinar a instrução de processos de contra-ordenação e para a aplicação das coimas, pertence ao Presidente da Junta de Freguesia, podendo ser delegada em qualquer dos restantes membros<sup>15</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Art.º. 18º, nº1, alínea p) do RJAL / Ver ainda os artigos 25º e seguintes do Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro e o regime próprio das Contraordenações - Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro e alterações posteriores.



### Artigo 45° Omissões

Relativamente a situações não contempladas no presente Regulamento, serão as mesmas resolvidas caso a caso, por deliberação da Junta de Freguesia.

#### Artigo 46° Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação. É revogado o anterior Regulamento do Cemitério da Freguesia.

**ORGÃO EXECUTIVO** 

**ORGÃO DELIBERATIVO** 

Lo Chie ha Cha

Hana Manle de silva Loper.

7 de 2020 ... 640 do 201

Jumaijo Pily VI



Anexo: Modelo Constante do Anexo II, a que se refere o Artigo 24ºdo Decreto-Lei nº 109/2010, de 14 de Outubro

Telef: Fax:	MIF n°	Registo DGAE n*
REQUERENTE:		
Nome		
	A COLOR OF THE SECOND STATE OF THE SECOND STAT	Telef
		С.Р
Decumento Identificação (1) nº	Passaporte no	Contribuinte
		Decreto-Lei nº 411/98 de 30 de Dezembr
Requerer a (3)		
Inumação do Cadáver	Exumação do Cadáver	Cremação das Ossadas
Cremação do Cadáver	Trasladação do Cadáver	Trasladação das Ossadas 🔲
Vs horas do dia d	1e de	
no Cemitério/Centro Funerário de:		
FALECIDO:		
Nome		
stado civil à data da morte	Cartão de eleitor nº	le
		C.P
		, concelho
		oelho
m: Jazigo Particular 🔲 Jazigo Mur		Sepultura Temporária Aeróbia
Ossário Particular 🔲 Ossário Muri		
r DDDD Secção D	Rus	_
Nesdede		
se destina ao cemitério/centro funerário		concelho
fim de ser:		interpretation of control cont
numado em: Jazigo Particular 🔲 Jazigo	Municipal Sepultura Perpétua	Sepultura Temporária Aeróbia
colocado em: Ossário Particular 🔲 Ossári		
% □□□□□ Secção □□□ do Ce		
s cinzas entregues à Agência Funerária [		
	n [] Não	
Antendary of Antendary Marie Marie	i Li Nao	
***************************************	,de	de
	(local e data do requerimento)	
	(assinatura do requerente)	
DESPACHOS:		
PESPACHOS:		
DESPACHOS;		
PESPACHOS:		



				_
Inunsação efectuada ás,	horas do dia	de	de	
Cremação efectuada às,				
Data da efectivação da Trasladação	· Makesayana	de	de	
Data da efectivação da Exumação	<u> </u>	de	de	
		***************************************	(a preencher pelos serviços cemíteri	ais)
condições análogas às dos conjuges, he     (3) Entidade responsável pela administoremação, trasladação ou exumação.     (4) Data da inumação ou da última ter     (5) Despacho da Autarquia Local sob o cossadas	o artigo 3.º (testan irdeiro, familiar or iração do cemitério itativa de exumaçi uja administração	nenteiro, công u qualquer or o ou centro fi ão está o cemita	itige sobrevivo, reserva que recida com o falecido em	u a.s
	DEC	CLARAÇ.	ÃO	
Estabelece o artigo 3º do Decreto-Lei n	° 411/98, de 3o d	e Dezembro.	que:	
Têm legitimidade para requerer a pr				
a) O testamenteiro, em cumprimento d			a. The second se	
b) O cônjuge sobrevivo;     c) A pessoa que vivia com o falecido en			ที่มีเดาะ	
d) Qualquer herdeiro; e) Qualquer familiar; f) Qualquer pessoa ou entidade.			and and	
pais da sua nacionalidade.	s actos pode ser ta	mbém armes	imidade o representante diplomático ou consular do entado por pessoa munida de procuração com poder termos dos números anteriores	1
Assim o requerente, retro identificado,				
não existir quem o proceda, nos ter				
			uele requerer a prática de qualquer acto previsto no	
(Local e data do requerimento)			de de	
		,1	W	
	(	assinatura)		
Observações: (A preencher pelos Ser	viços Cenviteriais)			***************************************
A esta declaração serão juntos os seguir Fotocópia do Bilhete de Identidade, C requerente for uma pessoa colectiva; Procuração com poderes especiais pa Cartão de eleitor do falecido.	artão de Cidadão o		e do requerente, ou de quem o representar, quando o artigo $3^{\circ}$ ;	0
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR:				1